			Pontos	Itens
	CP 2	Docência relevante na área disciplinar em que é aberto o concurso, tendo em consideração fatores como a regência, a diversidade e a elaboração dos programas das		
		disciplinas lecionadas.	até 4 pontos por ano	
	40 %			
	CP 3	Qualidade do material pedagógico publicado ou apresentado	0 a 50	
	30 %	Supervisão de atividades pedagógicas: orientação de estágios (até ao máximo de		
		25 alunos)	2 por aluno	
		Supervisão de atividades pedagógicas: orientação de projetos (até ao máximo de		
		15 alunos)	4 por aluno	
		Tutorias a alunos não contabilizados na DSD (até ao máximo de 25 alunos) Qualidade do desempenho pedagógico avaliado pelos alunos, considerando uma escala de avaliação de 1 a 4 e as 10 últimas avaliações semestrais (toma-se avaliação	2 por aluno	
		pela média dos resultados obtidos na avaliação global do semestre)		
		avaliação entre 2,5 e 3	6 por item	
		avaliação entre 3 e 4.	8 por item	
OAR	OAR 1	Desempenho de outras atividades pedagógicas Presidente/Diretor de Escola ou Unidade Orgânica.	3 a 5 por item 30 por ano	
30 %	50 %	Vice-Presidente de Escola ou Unidade Orgânica, Presidente de Conselho Científico	30 por ano	
30 %	30 76	e Conselho Pedagógico	24 por ano	
		Vice-Presidente de Conselho Científico e de Conselho Pedagógico, Coordenador	24 poi ano	
		de Comissão Científica	10 por ano	
		Secretário de órgãos institucionais.	9 por ano	
		Coordenador de Área Científica ou Departamento	20 por ano	
		Coordenador de Grupo Disciplinar	12 por ano	
		Coordenador de Curso de Licenciatura ou Mestrado	20 por ano	
		Coordenador de Curso CET ou de Pós-graduação.	12 por ano	
		Gestor Institucional da Qualidade	10 por ano	
		Responsável por unidade/serviços.	8 por ano	
	OAR 2	Membro de Conselho Científico, Pedagógico, Conselho Geral e Conselho Académico	7 por ano	
	30 %	Membro da Comissão de Curso de Licenciatura ou Mestrado	6 por ano	
		Membro da Comissão de Curso CET ou de Pós-graduação	5 por ano	
		Membro de Comissão Institucional (elaboração de regulamentos, planeamento estra-	•	
		tégico, comissões estatutárias):	5 por item	
	OAR 3	Presidente e Membros de júri de seleção/seriação mestrado, pós-graduação, concur-	•	
		sos > 23 anos, concursos especiais, CET e similares.	7 por item	
	20 %	Participação em programa de Mobilidade: Estadias docentes e de investigação	7 por item	
		Responsável pela organização de eventos científicos ou artísticos	7 por item	
		Membro da comissão organizadora de eventos científicos ou artísticos	4 por item	
		Participação em ações de divulgação da instituição (mostras, artigos na imprensa, etc)	4 por item	
		Responsabilidade de laboratórios	10 por ano	
		Responsabilidade em concursos de aquisição de equipamentos	10 por concurso	

9 de outubro de 2015. — O Presidente do IPVC, Rui Alberto Martins Teixeira.

209017311



# CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.

## Deliberação n.º 1936/2015

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 07/10/2015

Paula Alexandra de Sousa Rodrigues Vala, Enfermeira em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado neste Centro Hospitalar — autorizado horário parcial de 30h/semanais, nos termos do n.º 4 do artº. 55.º da Lei 7/2009 de 12/02 pelo período de um ano, com inicio em 01/11/2015

09/10/2015. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Carvalho*.

209017758

# CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.

## Deliberação (extrato) n.º 1937/2015

Por deliberação do Conselho Nacional do Internato Médico em 18/05/2015:

Cristina Maria Martins da Gama Pereira, Interna do Internato Médico da Especialidade de Psiquiatria, homologada a lista de classificação final, nos termos do artigo 86.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 251/2011, 24/06, conferindo-lhe o grau de especialista na referida área desde 23/04/2015, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 19,2 valores (dezanove valores e duas décimas).

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo  $46.^\circ$ ,  $n.^\circ$  1, conjugado com o artigo  $114.^\circ$ ,  $n.^\circ$  1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.)

12/10/2015. — A Técnica Superior do SGRH, Aida Maria Marques Tavares Valente.

209016712

# CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.

## Aviso (extrato) n.º 12252/2015

Após homologação por deliberação de 08-10-2015 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela — Viseu EPE torna-se pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para recrutamento de pessoal médico, para um (1) lugar na categoria de assistente graduado sénior, na especialidade de Patologia Clínica, da carreira médica hospitalar, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Tondela Viseu-EPE aberto por aviso n.º 6082/2015, publicado no Diário da República n.º 107, 2.ª série de 3 de junho.

- 1.º Maria Margarida Antunes Pires Farinha 17,24 Valores
- 2.º Isabel Antónia Alves do Vale 14,20 Valores
  3.º Maria José Alves Ferreira 12,80 Valores
- 4.º Maria Eugénia Rodrigues Lobo 12,72 Valores
- 12 de outubro de 2015. O Diretor dos Recursos Humanos, Fernando José Andrade Ferreira de Almeida.

209017603

# INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.

#### Despacho n.º 11905/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

- a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A., e a necessidade da contratação da Prestação de Serviços para o fornecimento e instalação de sistemas de videovigilância e controlo de intrusão na estação a túnel de General Torres:
- b) A duração do contrato e o valor máximo dos encargos a suportar pela Infraestruturas de Portugal, S. A. exigem a repartição destes por sucessivos anos económicos.
- 1 O Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., deliberou em reunião de CAE de 2015-10-01, proceder ao lançamento do procedimento pré-contratual necessário à contratação de Prestação de Serviços para o fornecimento e instalação de sistemas de videovigilância e controlo de intrusão na estação a túnel de General Torres, pelo valor de 105.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor e autorizou a assunção do respetivo compromisso plurianual, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2015 — 78.750,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2016 — 26.250,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

- 2 O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.
- 3 A Înfraestruturas de Portugal, S. A. não tem quaisquer pagamentos em atraso.
- 4 Os encargos inerentes à celebração do contrato envolvem apenas receitas próprias da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2015-10-01. — O Conselho de Administração Executivo: Ribeiro dos Santos, vice-presidente — Alberto Diogo, administrador.

209017733

### Despacho n.º 11906/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A., e a necessidade da contratação da Prestação de Serviços para a Instalação de três anemómetros na Ponte 25 de Abril;

- b) A duração do contrato e o valor máximo dos encargos a suportar pela Infraestruturas de Portugal, S. A. exigem a repartição destes por sucessivos anos económicos.
- 1 O Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., deliberou em reunião de CAE de 2015-10-01, ratificar o procedimento pré-contratual necessário à contratação da Prestação de Serviços para a Instalação de três anemómetros na Ponte 25 de Abril ao abrigo de 5.ª Adenda ao Contrato de Concessão de Exploração da Infraestrutura de Telecomunicações, pelo valor de 50.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor e autorizou a assunção do respetivo compromisso plurianual, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2015 — 40.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2016 — 10.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em

- 2 O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.
- 3 A Înfraestruturas de Portugal, S. A. não tem quaisquer pagamentos em atraso
- 4 Os encargos inerentes à celebração do contrato envolvem apenas receitas próprias da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2015-10-01. — O Conselho de Administração Executivo: Ribeiro dos Santos, vice-presidente — Alberto Diogo, administrador.

209016794

### Despacho n.º 11907/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

- a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A., e a necessidade dacontratação deexecução da empreitada "EN223 — entre o IC2 (Nó de Arrifana ao KM16+620) e a A1/IP1 (Nó da Feira ao KM22+700) — Reabilitação";
- b) A duração do contrato e o valor máximo dos encargos a suportar pela Infraestruturas de Portugal, S. A. exigem a repartição destes por sucessivos anos económicos.
- 1 O Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., deliberou em reunião de CAE de 2015-10-01, proceder ao lançamento do procedimento pré-contratual necessário à contratação de execução da empreitada "EN223 — entre o IC2 (Nó de Arrifana ao KM16+620) e a A1/IP1 (Nó da Feira ao KM22+700) — Reabilitação", pelo valor de 3.200.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor e autorizou a assunção do respetivo compromisso plurianual, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2016 — 1.590.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2017 — 1.610.000,00 €, a que acresce IVA à taxa legal em

- 2 O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.
- 3 A Înfraestruturas de Portugal, S. A. não tem quaisquer pagamentos em atraso.
- 4 Os encargos inerentes à celebração do contrato envolvem apenas receitas próprias da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2015-10-01. — O Conselho de Administração Executivo: Ribeiro dos Santos, vice-presidente — Alberto Diogo, administrador.

209017125

#### Despacho n.º 11908/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e ao abrigo do Despacho n.º 16370/2013, de 27 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 245, de 18 de dezembro, considerando que:

a) A missão da Infraestruturas de Portugal, S. A. (que sucedeu nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 91/2015 à REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P.E e à, E. P. — Estradas de Portugal, S. A.), e a necessidade da contratação de Prestação de Serviços para a instalação "Linha de Cascais — Seletivo de Sonorização";